

Rede Social de Torre de Moncorvo



CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE TORRE DE MONCORVO CLAS/TM

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

(2008/2013)

MARÇO 2008



	ÍNDICE	PÁGS.
Introdução		3
Metodologia		3
1. Planeamento estratégico		4
2. Análise do Diagnóstico Social e passagem para o Plano de Desenvolvimento Social		
3. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social		6
4. Das problemáticas aos eixos de intervenção		7
.5. Plano de Desenvolvimento Social: do planeamento estratégico ao planeamento operacional		8
5.1. Os eixos de intervenção		9
5.2. Plano de Acção: planeamento operacional e planificação das actividades		
6. Articulação do Plano de Desenvolvimento Social com os Planos Nacionais inscritos no Decreto-Lei nº 155/2006 de 14 de Junho que tenham enquadramento com os eixos de intervenção definidos		11

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Torre de Moncorvo pretende assumir-se como um instrumento de estratégia de desenvolvimento local, cimentado em dinâmicas de articulação e parceria.

Com o PDS passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão, em que se fazem opções e se desenham orientações e cenários de transformação da realidade social local, partindo dos problemas identificados no Diagnóstico social.

Neste sentido, o PDS revela-se um instrumento de trabalho de extrema importância e cujos objectivos traduzem - se em:

Articular iniciativas em curso na comunidade, com vista a racionalização / rentabilização dos recursos;

Encontrar soluções criativas e inovadoras com os diferentes actores locais;

Integração de medidas e políticas definidas nos vários níveis quer local, regional, nacional e ao nível da União Europeia.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada é uma metodologia reflexiva, analítica e participada.

Assim recorreu-se à denominada Metodologia participativa na delimitação de programas e projectos sociais que assenta na dinamização de acções colectivas através de:

- Construção efectiva de espaços de debate/reflexão entre os vários elementos afectos ao Núcleo técnico, procurando de forma conjunta e articulada identificar, a partir do Diagnóstico Social as problemáticas prioritárias de intervenção e respectivos recursos;
- Dinamização de espaços de debate/reflexão com objectivo de uma análise mais aprofundada dos problemas a fim de se delinearem propostas de acção exequíveis.

Com vista a sistematizar a informação analisada nas reuniões de trabalho, foi considerado pertinente a aplicação de quadros onde se procura, a partir da identificação dos problemas prioritários, definir de forma articulada por grau de concretização/ operacionalidade das Finalidades – Objectivos - Estratégias e Actividades.

1. Planeamento Estratégico

O planeamento estratégico implica a sucessão de etapas consecutivas, integradas e coerentes, com vista à obtenção de um resultado, podendo, este ser, a criação de uma empresa, de uma instituição, de um projecto ou de um evento. É sem dúvida, uma metodologia de acção e de participação, sustentada através de uma parceria e ou rede de actores diversos.

O planeamento estratégico estabelece uma relação mútua com o ciclo de projecto, na definição de objectivos e estratégias, na implicação de recursos e de competências. As lógicas de ambos interligam-se: planear estrategicamente um projecto implica torná-lo operacional (intervenção), mediante concretização de um conjunto de acções que têm em vista, a obtenção de um conjunto de resultados os quais são medidos através de uma bateria de indicadores (avaliação).

O PDS é um plano estratégico previsto para os próximos cinco anos, com carácter aberto, que visa o desenvolvimento social local, através da definição conjunta de objectivos, estratégias e resultados, gerindo e articulando os recursos locais existentes e outros, de âmbito distrital, nacional ou europeu (programas, projectos e medidas).

A construção do PDS baseia-se nos seguintes princípios:

- Participação de todos os parceiros do CLAS na definição dos respectivos objectivos, estratégias e resultados uma vez que, está subjacente a co-responsabilização de um conjunto de parceiros para a concretização de determinado projecto e ou acções;
- Deve sustentar-se nos recursos locais existentes, integrando-os, de forma, a se conseguir gerar inovação;
- Deve apostar na criatividade;
- Coerência entre as várias dimensões propostas;
- Clareza e objectividade nas dimensões propostas.

2. Articulação do PDS com os Planos Nacionais inscritos no Decreto-Lei nº 155/2006 de 14 de Junho que tenham enquadramento com os eixos de intervenção definidos.

Tabela 1
Diagnóstico: dimensões e critérios de avaliação

Dimensões	Critérios	Questões-chave
Território de intervenção (Concelho de Torre de Moncorvo)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coerência interna ▪ Pertinência 	<p>Exs. A metodologia utilizada foi a mais eficiente? Conseguiu envolver os parceiros? O diagnóstico está coerente com as expectativas dos parceiros?</p> <p>Ex. O diagnóstico social é considerado pertinente por todos os parceiros?</p>
Planos e medidas de enquadramento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coerência externa 	<p>Exs. As problemáticas definidas têm enquadramento ao nível do QREN (2007/2013)? E ao nível dos planos nacionais?</p>
Parceria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação ▪ Complementaridade 	<p>Exs. Com as técnicas metodológicas utilizadas conseguiu-se a participação do CLAS? Que técnicas foram utilizadas para o efeito? Qual foi a taxa de participação?</p> <p>Exs. O diagnóstico baseou-se nalgum trabalho já realizado por outras instituições? Em que consistiu o papel das instituições na realização do diagnóstico?</p>
Definição das problemáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Clareza ▪ Integração 	<p>Exs. As problemáticas estão definidas de forma clara e explícita? Todos os parceiros atribuem o mesmo significado (consenso) às problemáticas definidas?</p> <p>Exs. Houve a preocupação em estabelecer alguma relação entre as diferentes problemáticas (integração)?</p>
Visão estratégica (passagem para o PDS)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade ▪ Operacionalidade 	<p>Exs. Quais serão as ações a realizar em primeiro lugar (face as problemáticas identificadas) de forma a dar resposta atempada (em termos cronológicos) às necessidades dos respectivos destinatários das ações?</p> <p>Exs. Os problemas prioritários têm capacidade de resolução? São facilmente traduzidos em objectivos específicos? Têm em vista a rentabilização dos recursos locais (subsidiariedade)?</p>

2. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

O Diagnóstico Social de Torre de Moncorvo é essencialmente, um documento qualitativo, que identifica um conjunto de problemáticas que afectam o Concelho e aponta algumas pistas de actuação discutidas e aprovadas em plenário.

A passagem deste documento para o PDS, implica uma reflexão de articulação e integração das problemáticas de forma a rentabilizar os recursos locais e os esforços de cada parceiro.

Sendo assim, e segundo o trabalho desenvolvido pelo CLAS, a tabela 2 apresenta de forma sintética os problemas prioritários por área sectorial e a tradução destes em problemáticas.:

Tabela 2
Diagnóstico: síntese analítica

Área Sectorial	Problemas prioritários	Problemática
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização da educação; (1) ▪ Insucesso e abandono escolar; (2) ▪ Informação deficitária sobre as alternativas formativas existentes (3) 	<u>Problemática 1:</u> Desvalorização da Escola e do Ensino.
Emprego e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desajustamento entre a oferta e procura de emprego; (4) ▪ Desemprego; (5) ▪ Baixos níveis de formação/qualificação profissional da população activa; (6) ▪ Fraco dinamismo económico do tecido empresarial (7) 	<u>Problemática 2:</u> Fraco dinamismo económico-social (desemprego, falta de qualificação e falta de empreendedorismo)
Acção Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de retaguarda familiar de apoio à população idosa; (8) ▪ Inexistência de apoio continuado a pessoas portadoras de deficiência; (9) ▪ 	<u>Problemática 3:</u> Inexistência de retaguarda familiar de apoio a idosos e pessoas portadoras de deficiência
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de consciencialização da população sobre os seus direitos e deveres; (11) ▪ Doentes sem retaguarda familiar ou outra (12) 	<u>Problemática 5:</u> Dificuldade de resposta do SNS (serviço nacional de saúde)

Fonte: Diagnóstico Social elaborado pelo CLAS de Torre de Moncorvo, Julho 2007

5.1. Das problemáticas aos eixos de intervenção.

As problemáticas definidas no Diagnóstico Social têm um cariz negativo. Subjacente à criação de um plano estratégico está a intenção de se definirem eixos de intervenção ou de desenvolvimento.

Os eixos de intervenção são a primeira dimensão de um plano estratégico e visam a realização/concretização de um conjunto de objectivos. Logo, os eixos de intervenção direccionam-se para aquilo que se pretende atingir (visão estratégica).

Sendo assim, propõe-se, na tabela 3, a definição dos seguintes eixos de intervenção, tendo já em vista um trabalho de articulação das diferentes problemáticas.

Tabela 3
Passagem das problemáticas aos eixos de intervenção

Articulação das Problemáticas	Eixos de Intervenção
Problemática 1 (problemas 1+2+3+4+5+6+7)	Valorização da Vida Escolar, da Formação e Qualificação ao longo da vida;
Problemática 2 (problemas 8+9+10)	Promoção da qualidade de vida da População Idosa
Problemática 3 (problemas 11+12)	Desenvolvimento de uma Política de saúde Local;

Em síntese, a estratégia de desenvolvimento social definida para o Concelho de Torre de Moncorvo para os próximos três anos, centra-se em três grandes eixos de desenvolvimento:

- 1. Valorização da Vida Escolar, da Formação e Qualificação ao longo da vida;**
- 2. Promoção da Qualidade de Vida da População Idosa;**
- 3. Desenvolvimento de uma Política de saúde Local;**

Estes eixos serão concretizados mediante a realização de um conjunto de objectivos. Sendo assim, cada eixo será dividido por objectivos estratégicos.

Eixos de intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégia	Objectivos Específicos	Actividades
Promoção da qualidade de vida da População idosa	<p>1.1- Fomentar a implementação / expansão dos equipamentos e serviços sociais de apoio ao idoso e família;</p> <p>1.2- Promoção da ocupação saudável dos idosos;</p> <p>1.3- Promover e reforçar cooperação entre instituições e associações;</p> <p>1.4- Diversificar/intensificar os meios de divulgação de informação de interesse geral à população idosa</p> <p>1.5- Melhorar a qualidade dos cuidados formais</p>	<p>- Articulação com Programas/ /Projectos Sociais desenvolvidos pelas entidades</p> <p>- Candidaturas a Programas Nacionais, Regionais e Locais.</p>	<p>1.1.1-Requalificar equipamentos e serviços sociais de apoio a idosos,</p> <p>1.1.2- Implementar e dinamizar Programas/Projectos sociais a nível local</p> <p>1.1.3- Dotar os recursos humanos de maior qualificação/formação das IPSS's</p>	<p>- Dinamizar reuniões interinstitucionais;</p> <p>- Promover visitas interinstitucionais para melhor conhecimento do trabalho desenvolvido;</p> <p>- Promoção de actividades intergeracionais;</p> <p>- Coordenar um plano de actividades rentabilizando os recursos locais;</p>
Valorização da Vida Escolar, da Formação e Qualificação ao longo da vida	<p>1.1- Sensibilização da população para a importância da educação e da escola</p> <p>1.2- Valorizar e motivar a comunidade para formação técnico profissional como forma de combate ao</p>	<p>Dinamizar as respostas existentes e implementar novas respostas de apoio à família</p> <p>-Dinamizar cursos de RVCC (Cursos de certificação e revalidação de competências)</p> <p>- Criar mecanismos de inserção</p>	<p>1.1.1- Racionalização das competências e dos recursos existentes</p> <p>1.1.2- Ajustamento das necessidades formativas ao mercado de trabalho</p> <p>1.1.3- Dinamizar e</p>	<p>Sessões de informação</p> <p>Apresentação de "Boas Práticas"</p> <p>Promover a criação da Associação de Pais e Encarregados de</p>

	<p>insucesso/absentismo e abandono escolar</p> <p>1.3- Promover orientação escolar e vocacional para os alunos do 3º ciclo e secundário</p>	<p>dos jovens na vida activa e/ou académica através da via profissionalizante</p>	<p>redimensionar Programas/Projectos direccionados para esta faixa etária</p> <p>1.1.4- Capitalizar respostas educativas na região</p> <p>1.1.5- Adequar a formação às necessidades da comunidade</p> <p>1.1.6- Realização de candidaturas em áreas de formação que promovam a empregabilidade no Concelho</p>	<p>Educação</p> <p>Criação de “ Gabinete de Orientação Vocacional”</p> <p>Elaboração e divulgação de um guia de Recursos</p>
<p>Desenvolvimento de uma política de Saúde Local</p>	<p>1.1- Sensibilizar a comunidade para a importância da saúde</p> <p>1.2- Promover a prestação de cuidados de saúde com vista a garantir o bem estar e qualidade de vida da população</p>	<p>-Criação de protocolos de cooperação interinstitucional</p> <p>- Reforçar o circuito de informação local sobre os serviços de saúde</p>	<p>1.1.1- Dinamizar e ajustar Programas/Projectos de saúde</p> <p>1.1.2- Garantir e rentabilizar os recursos às necessidades locais</p> <p>1.1.3- Estabelecer redes sociais de apoio informal aos utentes</p>	<p>- Acções de promoção e protecção da saúde</p> <p>- Prevenção e tratamento da doença</p> <p>- Identificar na comunidade local mediadores entre a população mais vulnerável e a equipa de intervenção</p> <p>- Envolver as associações e clubes</p>

				desportivos na criação de modos de vida saudáveis adequados às Crianças, Jovens e idosos.
--	--	--	--	---

Os eixos de intervenção

O eixo de intervenção: “Valorização da Vida Escolar, da Formação e Qualificação ao longo da vida.”

O sucesso escolar é uma questão complexa de solucionar. A intervenção passará mais pela atenuação dos problemas que estão subjacentes à problemática, através de uma melhor racionalização das competências e dos recursos.

A sugestão para este problema, passará, sem grande inovação, pela tentativa de se reduzir a taxa de insucesso escolar e abandono escolar, através da via profissionalizante, Educação Formação e da adaptação de currículos alternativos.

Nomeiam-se como estratégias:

- A dinamização dos cursos de RVCC;
- Dupla certificação;
- Criar mecanismos de inserção dos jovens através de algumas acções que sejam criadas no sentido de motivar os jovens noutros percursos escolares;
- Visitas guiadas a exposições temáticas e de espaços dinamizados que possam fomentar o espírito empreendedor nos jovens.

O desajustamento entre a oferta e procura ao nível da formação, origina um terceiro e último objectivo estratégico, que será a implementação de um ajustamento das necessidades formativas ao mercado de trabalho.

Nomeiam-se uma estratégia:

- Fórum conjunto entre entidades formadoras e empregadores locais.

O eixo de intervenção: “ Desenvolvimento de uma politica de saúde local”

Este eixo é o que apresenta maior número de problemas, mas é aquele, que tem maior capacidade de resolução uma vez que depende muito da articulação entre instituições.

O grande objectivo estratégico passa pela implementação de um modelo de articulação inter-institucional no sentido de se criar um projecto que poderá ser intitulado de “Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”, e informa” (RI).

Nomeiam-se como estratégias:

- a criação de um protocolo de cooperação interinstitucional entre as diferentes entidades competentes;
- a implementação de um circuito de informação local sobre os direitos dos doentes.

3. Articulação do PDS com os Planos Nacionais inscritos no Decreto-Lei nº 155/2006 de 14 de Junho que tenham enquadramento com os eixos de intervenção definidos.

O Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, enumera a articulação dos Planos de Desenvolvimento Social (PDS) com outros planos estratégicos de âmbito nacional.

Os planos referenciados são o Plano Nacional para a Inclusão Social (PNAI), Plano Nacional para a Educação (PNE), Plano Nacional de Saúde (PNS), Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Tecnológico, Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidade (PAIPDI), Plano Nacional para a Igualdade (PNI) e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

De acordo com os eixos de intervenção definidos no PDS de Torre de Moncorvo, os planos nacionais que se enquadram com este plano estratégico, são, o PNAI, o PNE, o PNS e o PNACE.

Antes de se estabelecer a articulação entre estes planos e o PDS concelhio, apresenta-se de forma sintética os principais princípios e linhas de intervenção dos mesmos¹.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-08)

Referência normativa: Resolução do Conselho Ministros nº 40/2006 de 13 de Setembro.

Coordenação: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Coordenação do PNAI 2006-08

Acompanhamento: Comissão Inter-Ministerial de Acompanhamento com representantes de diversos ministérios, dos governos regionais da Madeira e Açores e do Fórum não governamental para a inclusão social.

O PNAI é o plano estratégico nacional, em articulação, com os outros países da União Europeia, que coordena o conjunto das políticas nacionais tendo em vista o combate da pobreza e da exclusão social.

¹ Todos estes planos estão acessíveis no Portal do Governo: <http://www.gov-portugal.pt>

Este plano assume quatro princípios orientadores de toda a sua intervenção:

- **Consagração do conceito de cidadania**, com a vinculação do direito ao trabalho, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à educação, à participação na vida social e cultural, à cultura e à habitação condigna;
- **Territorialização das intervenções** como aproximação e adequação às especificidades locais, aí criando dinâmicas de potenciação dos recursos e das competências;
- **Igualdade de oportunidades e a perspectiva do género**, com a salvaguarda dos direitos na esfera pública e privada;
- **Universalidade e diferenciação positiva, de todos** em relação á distribuição dos recursos e das oportunidades
- **Responsabilização e mobilização**, da sociedade civil em geral, e de cada indivíduo em particular, na responsabilidade da contratualização das respostas de protecção civil;
- **Integração e multidimensionalidade**, através da integração e articulação dos recursos existentes nos vários sectores da esfera social e na promoção de sinergias locais através do ajustamento entre diferentes planos estratégicos.

Prioridades e Objectivos Comuns Europeus

A **estratégia nacional de inclusão social** para o período 2006-2008 assume como grandes desafios:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Garantindo:

- O acesso universal dos recursos, direitos e serviços;
- A inclusão social activa de todos os cidadãos, promovendo a participação no mercado de trabalho;
- Que as políticas envolvam todos os níveis de governo e agentes pertinentes, designadamente as políticas económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais.

Plano Nacional para o Emprego (2005-2008)

Referência Normativa: Resolução do Conselho de Ministros nº 185/2003 de 3 de Dezembro.

Coordenação: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

O PNE é estruturado por uma série de directrizes macroestratégicas, às quais estão subjacentes um conjunto de prioridades nacionais. Estas para serem operacionalizadas são traduzidas, em diferentes linhas de intervenção (objectivos específicos) e instrumentos (ou acções).

Em termos globais, os desafios do PNE são os seguintes:

- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- Gerir de forma preventiva e precoce, intervindo numa lógica de proximidade, os processos de reestruturação e deslocalização empresarial que têm marcado a Europa e o país nos últimos anos.
- Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa;
- Modernizar o sistema de protecção social, o que se encontra hoje perante o envelhecimento da população e abrandamento económico;

Plano Nacional da Saúde (2004-2010)

Referência Normativa: Orientações estratégicas para 2004-2010 e Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho (Rede Nacional de Cuidados Continuados)

Coordenação: Alto Comissariado da Saúde, Direcção Geral da Saúde e Comissão nacional de Acompanhamento.

Objectivos estratégicos

- Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- Utilizar os instrumentos adequados, nomeadamente, centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;
- Garantir os mecanismos adequados para a efectivação do plano através de uma cativação de recursos adequada, garantindo o diálogo intersectorial, adequado o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do plano.

Este plano está estrategicamente programado em três grandes fases:

- Fase I: corresponde à definição da estrutura do plano e dos seus objectivos globais e à especificação das orientações estratégicas – mais detalhadas para o ciclo de vida e doenças e enfermidades, e menos para os outros eixos de acção contemplados no plano. Esta fase correspondeu ao primeiro trimestre 2004.
- Fase II: planeada para o período de 2004 a 2006, detalhará com maior rigor os outros eixos identificados na versão inicial do plano;
- Fase III: até 2010, será a fase de acompanhamento e monitorização da execução do plano pelas estruturas que forem designadas como responsáveis.

Principais estratégias do plano

- Uma abordagem centrada do cidadão;
- Mecanismos para estimular a capacidade de inovação no sistema de saúde;
- Uma abordagem programática;
- Uma abordagem por *settings*;
- Uma abordagem centrada na família e por ciclo de vida;
- Uma abordagem centrada na gestão da doença;
- Mecanismos para gestão da mudança no sistema prestador de cuidados;
- Mecanismos para garantir a execução do plano.

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (2005-2008)

Coordenação: Ministério da Economia e da Inovação

A elaboração deste programa teve em conta as linhas de orientação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007-2013), enquanto documento de enquadramento para as intervenções apoiadas pelos fundos estruturais e de coesão.

O programa é um guia para a concretização duma estratégia nacional de reformas e modernização concebida no quadro das referências e prioridades da Estratégia de Lisboa, assumindo-se como uma resposta global às linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu, nas suas **dimensões macroeconómica, micro económica e de emprego** (sustentabilidade das contas públicas e do deficit externo, a investigação e desenvolvimento e a inovação, a concorrência nos serviços, o emprego, a organização do mercado de trabalho, a educação e a formação ao longo da vida

ARTICULAÇÃO DO PDS COM OS PLANOS NACIONAIS

Plano de Desenvolvimento Social/Plano Nacional de Apoio à Inclusão			
Eixo de intervenção	Prioridade	Metas	Medidas de Política
Valorização da vida escolar , formação e qualificação ao longo da vida	<u>Prioridade 2:</u> Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir a saída escolar precoce das pessoas entre os 18 e 24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2009; ▪ Qualificar 10% de adultos em idade activa até 2010. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola a Tempo Inteiro – Alargamento do horário escolar e Programa de operacionalização do ensino do inglês; ▪ Percursos Currículos Alternativos; ▪ Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; ▪ Programa Escolhas.

Plano de Desenvolvimento Social/Plano Nacional de Emprego

Eixo de intervenção	Directrizes e Prioridades Nacionais	Linhas de Intervenção	Instrumentos
<p>1- Valorização da vida escolar, formação e qualificação ao longo da vida</p>	<p><u>Directriz nº 18:</u> Alargar e aumentar o investimento em capital humano.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar o ensino básico; ▪ Expandir a educação e a formação de nível secundário. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Racionalizar a rede escolar, atendendo aos equilíbrios regionais e às dinâmicas escolares; ▪ Melhorar as condições de apoio educativo aos alunos, centrando esse apoio nas escolas e nas necessidades específicas dos seus alunos; ▪ Fomentar a participação das famílias nas actividades escolares; ▪ Dinamizar os currículos alternativos; ▪ Tornar obrigatória a frequência de educação ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos; ▪ Alargar o Ensino Profissional às escolas secundárias integradas na rede pública de estabelecimentos de ensino; ▪ Aumentar a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica no quadro da Iniciativa “Novas Oportunidades”. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Complemento Educativo e Apoio Social à recuperação dos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem; ▪ Currículos alternativos; ▪ Iniciativa “Novas Oportunidades” no que respeita às medidas vocacionadas para a formação inicial de jovens que visam garantir a conclusão do ensino secundário, em particular através das vias profissionalizantes; ▪ Sistema Integrado de Informação e Orientação Escolar e Profissional e ▪ Campanha alargada de informação e sensibilização.

Plano de Desenvolvimento Social/Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego

Eixo de intervenção	Domínios	Políticas	Medidas estruturantes
<p>Valorização da vida escolar, formação e qualificação ao longo da vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Domínio Microeconómico</u> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Competitividade e Empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa InovJovem; ▪ Operacionalização do Programa AGIRE (Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial); ▪ Introdução do Ensino do empreendedorismo em escolas secundárias; ▪ Programa Parcerias Empresariais
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação, Emprego e Coesão Social 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de avaliação das escolas básicas e secundárias; ▪ Iniciativa Novas Oportunidades. Pretende-se fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens; ▪ Reforço do sistema de educação e de formação no quadro da aprendizagem ao longo da vida (ALV); ▪ Promover a formação e certificação de competências em TIC; ▪ Programa de intervenção para jovens desempregados menores de 23 anos; ▪ Programa de formação profissional e emprego de pessoas com deficiência.

